



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Anexo I do Tribunal

Edital Nº 350 / 2023 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023 - UASG 925814	
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 94 (noventa e quatro) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional.
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO: R\$ 493.686,34 (quatrocentos e noventa e três mil seiscientos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos).
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 25/ 08/ 2023, às 13:30 horas Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br	Pregoeiro: Cláudio Barbosa da Silva
Vistoria? (X) SIM () NÃO Vide Item 8 do Termo de Referência	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO - Vide Item 8.9.1 do TR
AMPLA CONCORRÊNCIA	

<p>Pedido de Esclarecimento e Impugnações:</p> <p>Até dia 22/08/2023</p> <p>Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br</p>	<p>Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3218-4590 e e-mail: cpl@tjto.jus.br.</p>
<p>Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).</p>	
<p>Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.</p>	
<p>Orientações às licitantes: O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins orienta aos licitantes que analisem cuidadosamente o inteiro teor deste edital e dos respectivos anexos, antes da apresentação de suas propostas. Devendo compreender os termos da presente licitação e certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências editalícias e legais, assim como pronta para ser exibida se for requisitada pelo pregoeiro.</p>	
<p><i>Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925814”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes</i></p>	

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/ 2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23.0.000017964-7

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho de 2016, e, no que couber, da

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº **23.0.000017964-7**, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 94 (noventa e quatro) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro Cláudio Barbosa da Silva, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 1685, de 10 de julho de 2023.

DATA: 25/08/2023.

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 horas.

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 94 (noventa e quatro) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será realizada em único item.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – Tabela atualizada dos servidores ativos do TJ/TO disponível do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a fim de, a partir da composição societária das empresas, constatar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 7.5 do PB.

2.8 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.9 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.10 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – A vistoria é facultada ao licitante interessado em participar deste certame, contudo caso pretenda realizar a vistoria o licitante deverá, mediante prévio agendamento com o chefe do departamento (SETRAN), através do Tel 063- 3218-4395, realizar vistoria técnica, **que poderá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame licitatório**, no local onde reside/pernoita a maioria dos veículos.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, nos horários de 12 às 18 horas, com o chefe do departamento (SETRAN), pelo telefone (063) 3218-4395.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.3.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela SETRAN.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 - O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação, de modo que a não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5 – As demais disposições estabelecidas no item 08 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço global pelo período de 24 (vinte e quatro) meses**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto”, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.4 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.5 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.6 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3 – A proposta deverá conter as especificações dos serviços e materiais de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório e seus anexos, descrevendo detalhadamente os serviços e demais elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as especificações cotadas devendo o licitante se atentar as disposições dos itens 1.3, 2.0 e 3.0 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

9.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

9.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do valor unitário de cada item , bem como o valor total, se for o caso, bem como valor global de cada item, for o caso, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) conter valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

9.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE OU DA PROVA DE CONCEITO

10.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2 – Para conferir ampla publicidade e acesso irrestrito à todas as licitantes e demais interessados, a Administração disponibilizará no sítio do TJ/TO (<https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>) os documentos referidos no subitem anterior constantes do SICAF, sendo o respectivo link informado no chat da sessão pública no sistema Compras.gov.br.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) A contratada deverá comprovar a qualificação técnica por meio de:

- b)** Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores, em plena vigência
- c)** Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto no Capítulo III deste edital, se houver.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Não será exigida qualificação econômica, considerando que compete à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atestar a regularidade das empresas para operar neste mercado específico.

11.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

- a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- a.2)** Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;
- a.3)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- a.4)** **Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.**
- a.5)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações do TJ-TO, situado no Anexo I do TJTO, Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036 no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a)** a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;

b) atuação no mesmo ramo de atividades;

c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII - DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

14.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente, à vencedora do certame.

14.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

15.2 – A recusa injustificada da adjudicatária assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

15.3 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

15.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

15.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

15.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

15.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

15.4.4 – Findo o prazo do subitem 15.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 15.4.1 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).

15.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 15.3 a 15.4 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

15.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

15.7 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

15.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

16.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

16.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 16.1, incorrerá no descumprimento do item 15.2.

16.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 9.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

16.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 10 do Termo de referência (ANEXO I) do edital.

16.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

16.8 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO XVIII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referencia R\$ 493.686,34 (quatrocentos e noventa e três mil seiscientos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos) e será consignado:

- Unidade Gestora : 060100 - FUNJURIS

- Classificação Orçamentária - PI: 0601.0.122.1145.4278

- Natureza de Despesa : 33.90.39

CAPÍTULO XIX - DO PRAZO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 – O prazo de entrega da apólice será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2023.

19.2 – A (s) apólice (s) deverão ser entregue (s) no seguinte endereço: Edifício Amaro Empresarial, 103 Norte NO-11 LOTE 02, CEP: 77001-036, TEL: 063-3218-4395, e encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: setran@tjto.jus.br

19.3 -Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

19.4 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

19.4.1 – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CAPÍTULO XX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

20.1 – O contratante deverá iniciar a prestação de serviços do objeto a ele adjudicado, iniciando-se as 00h do dia 11/10/2023 após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento, abrangendo todas as coberturas especificadas no Termo de Referência.

20.2 – A contratada deverá indicar um preposto/empregado que será responsável pela comunicação/inter-relacionamento do contrato com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a fim de facilitar a agilidade e eficiência do atendimento e alcance dos resultados.

20.3 – Para que seja alcançado o melhor resultado no serviço em epígrafe, a contratada deverá realizar os atendimentos conforme especificações abaixo:

20.3.1.Tempo de resposta: em localidades urbanas será de no máximo 2 (duas) horas, e em rodovias no máximo 20 (vinte) minutos para cada quilometro da cidade mais próxima. Caso esse prazo não seja cumprido a contratante será notificada pelo fiscal do contrato; sendo inicialmente advertida, em caso de reincidência será penalizada nos termos do item 15.1.1., do termo de referência.

20.3.2. Prazo de indenização: não poderá ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso não haja cumprimento receberá uma advertência, conforme item 15.1.1., assegurando a ampla defesa e contraditório.

20.3.3. Eficiência nos atendimentos referente as assistências através de comunicações ou correspondências e finalização em tempo hábil previsto neste termo de referencia, levando em consideração a conclusão dos reparos e atendimentos diversos relacionado ao contrato;

20.3.4. Cumprimento das obrigações contratuais por parte da seguradora, incluindo o fornecimento adequado das coberturas pactuadas, respeito as condições estabelecidas e a conformidade com as normas legais vigentes e regulatórias aplicáveis.

20.3.5 O Tribunal de Justiça emitirá “**Termo de Recebimento Definitivo**”, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento das apólices de seguro individuais de cada veículo.

20.3.6. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

20.3.7 – As demais disposições estabelecida no item 14 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XXI – DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, do protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

21.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

21.1.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

21.2 – Caberá ao prestador de serviços apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 15 deste do Termo de Referência

21.3 – Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

21.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

21.5 – Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

21.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 20.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XXII - DA EXTINÇÃO

22.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

22.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

22.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

22.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tjto.jus.br.

23.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

23.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

23.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

24.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 - Termo de Referência;

Anexo 1-"A"- Minuta do Termo de Recebimento Definitivo

Anexo 1-"B"- Minuta do Termo de Vistoria Veicular/Declaração de Conhecimento das Informações

Anexo 2 - Minuta do Contrato;

Anexo 3 – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

24.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

24.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

24.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

24.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

24.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

24.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

24.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 07 de agosto de 2023.

Cláudio Barbosa da Silva

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência N° 294 / 2023 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DSG/SETRAN

Data	Versão	Descrição	Autor
15/06/2023	1.0	Finalização da primeira versão	Acácio Lopes Lima, matrícula185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484
20/06/2023	2.0	Atualização do documento conforme Instrução Normativa TJTO nº 004/2023	Acácio Lopes Lima, matrícula185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484

13/07/2023	3.0	Atualização do documento com inclusão de valores estimados	Acácio Lopes Lima, matrícula185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484
21/07/2023	4.0	Atualização do documento após as adequações sugeridas pela SEDCC	Acácio Lopes Lima, matrícula185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 94 (noventa e quatro) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional, conforme características, coberturas e obrigações constantes neste Termo, sendo a vigência da contratação objeto da presente licitação será de 24 (vinte e quatro) meses, tendo início às 00 (zero) horas do dia **11/10/2023**.

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Catmat/Catser
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	R\$ 493.686,34	22764

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, para frota de veículos oficiais de propriedade do Tribunal de Justiça do Tocantins, sendo primordial para garantir ressarcimento de despesas em decorrência de eventuais sinistros, propiciando assistência com remoção, cobertura parcial e integral em caso de panes ou acidentes envolvendo os veículos oficiais do Poder Judiciário, tendo em vista os riscos em decorrência dos constantes deslocamentos objetivando atender as diversas demandas internas e externas da Capital, Comarcas, Distritos Judiciários a inúmeros órgãos e setores voltado para o interesse público, visando ainda minimizar custo com despesas extras.

1.2.2. Este Tribunal possui atualmente 94 veículos e dispõe de uma crescente demanda administrativa, dessa forma, requer que os veículos sejam segurados, proporcionando à área de transporte assistência operacional necessária para atendimento das demandas em razão da diversidade de serviços existentes, visando manter os veículos pertencentes à frota deste Tribunal em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais.

1.2.3. A contratação de seguro veicular visa resguardar a Administração Pública no caso de possíveis sinistros, possibilitando maior celeridade e economia na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, uma vez que a frota desse Tribunal circula em rodovias e vias de tráfego intenso, estando desta forma, sujeitos à este tipo de ocorrência. Os sinistros podem originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores, usuários e prestadores de serviço a contratante e a terceiros envolvidos. A contratação do seguro veicular busca evitar que o órgão seja obrigado a cobrir custos com indenização por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa e benéfica a contratação deste serviço.

1.2.4. Pelos motivos expostos, torna se imprescindível a abertura de processo licitatório visando a contratação de empresa de seguros veicular para continuidade com objetivo de resguardar a frota oficial do Tribunal de Justiça-To.

1.2.5. A definição das quantidades a serem contratadas foi obtida através do levantamento dos veículos da frota desse Tribunal, que necessitam de continuidade quanto a contratação de serviços dessa modalidade, tendo em vista que a frota oficial encontra-se segurada até o dia 10/10/2023, por meio do contrato vigente com a empresa Gente Seguradora S.A, CNPJ nº 90.80.605/0001-02, Contrato nº 215/2021 , SEI nº 21.0.000004478-1, ev. 3865385. Até a presente data não foi encontrado nenhuma ocorrência no atual contrato que impactasse a prestação do serviço, conforme processo de fiscalização, SEI nº 23.0.000016934-0.

1.3 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	VEÍCULO	QTDE	ANO / MODELO	CHASSI	TIPO SEGURO	VALOR A SER	FRANQUIA	VIGÊNCIA DA	BONUS ATUAL	SINISTRO	MONITORAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------	------	-----------------	--------	----------------	----------------	----------	----------------	----------------	----------	---------------	-------------------	----------------

						SEGURADO		APÓLICE				ESTIMADO (R\$)	ESTIMADO (R\$)
01	COROLLA XEI 2.0 Placas: QWF- 0D43 QWF- 0D36 QWF- 0D26 QWF- 0D57 QWF- 0D55 QWF- 0D34 QWF- 0D56 QWF- 0D53 QWF- 0D47 QWF- 0D33 QWF- 0D48 QWF- 0D38 QWF- 0D62 QWF- 0D32 QWF- 0D63	15	2020/2021	9BRB33BEXM2034315 9BRB33BE1M2033179 9BRB33BE6M2034201 9BRB33BE3M2034205 9BRB33BE6M2034164 9BRB33BE7M2034160 9BRB33BE9M2034192 9BRB33BEXM2034220 9BRB33BE5M2034089 9BRB33BE3M2034348 9BRB33BE6M2034179 9BRB33BE7M2034157 9BRB33BE9M2034208 9BRB33BE7M2034174 9BRB33BEXM2033214	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	2	NÃO NÃO SIM NÃO NÃO NÃO SIM NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO	NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO		
	COROLLA ALTIS (HÍBRIDO) Placas: RES - 2J25	1	2022/2023	9BRBY3BE1P4032219	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	0	NÃO	NÃO		
	COROLLA XEI (BLINDADO) Placas:	1	2020/2021	9BRB33EES142014433	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	0	NÃO	NÃO		

REG-1D67												
TOYOTA COROLLA XEI20FLEX Placas: QKG-1587 QKG-1E67 QKG-1577 QKG-1477 QKG-1G47 QKG-1F57 QKG-1E47 QKG-1F97 QKG-1F67 QKG-1G27 QKG-1G37 QKG-1H17 QKG-1F47	13	2016/2017	9BRBDWHE3H0334091 9BRBDWHE5H0334075 9BRBDWHE1H0334090 9BRBDWHE9H0333754 9BRBDWHE1H0334107 9BRBDWHE0H0334081 9BRBDWHE5H0334092 9BRBDWHE6H0334098 9BRBDWHE3H0334088 9BRBDWHE4H0334102 9BRBDWHE1H0334106 9BRBDWHEXH0334119 9BRBDWHE7H0334076	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	0	SIM NÃO NÃO SIM NÃO NÃO SIM SIM SIM NÃO NÃO NÃO NÃO	NÃO SIM NÃO SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM		
TRAILBLAZER Placas: RSF-4H12	1	2022/2022	9BG156YK0NC443416	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	NÃO		
TRAILBLAZER (BLINDADO) Placas: REU-8D70	1	2022/2022	9BG156YK0NC444079	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		SIM	NÃO		
YARIS	14	2022/2023		Compreensivo	Valor de mercado	Reduzida	11/10/2023 a					

					100% (cem por cento)		10/10/2024					
Placas:									NÃO	SIM		
REV-0F06												
REV-0F02			9BRBC3F32P8189189						NÃO	SIM		
REV-8H24			9BRBC3F38P8190038						NÃO	SIM		
REV-8H80			9BRBC3F31P8194383						NÃO	SIM		
REV-8H27			9BRBC3F3XP8193734						NÃO	SIM		
REV-9H46			9BRBC3F32P8194103						NÃO	SIM		
REV-4I88			9BRBC3F30P8194732						NÃO	SIM		
SGN-9C95			9BRBC3F38P8193649						NÃO	SIM		
SGN-9D01			9BRBC3F36P9193603						NÃO	NÃO		
SGN-9D04			9BRBC3F30P8195069						NÃO	SIM		
SGN-9D05			9BRBC3F34P8195043						NÃO	SIM		
SGN-9D06			9BRBC3F39P8195085						NÃO	NÃO		
SCA-1D90			9BRBC3F38P8195496						NÃO	SIM		
SCA-1E20			9BRBC3F38P8198656						NÃO	NÃO		
			9BRBC3F34P8193082									
YARIS	8	2021/2022		Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
Placas:									SIM	SIM		
REQ-0I80			9BRBC9F39N8161678						NÃO	SIM		
REQ-0I81			9BRBC9F37N8162411						NÃO	SIM		
REQ-0I83			9BRBC9F34N8162205						NÃO	SIM		
REQ-0I84			9BRBC9F3XN8160927						NÃO	SIM		
REQ-0I85			9BRBC9F39N8162281						NÃO	SIM		
REQ-0I87			9BRBC9F35N8161466						NÃO	SIM		

REQ-0I88			9BRBC9F37N8160626									
REQ-0I90			9BRBC9F3XN8161298									
FURGÃO 416 MERCEDES BENS Placas: RSD-9E96 RSD-9F36 RSF-0G48	3	2022/2022	8AC907645NE215458 8AC907645NE215459 8AC907645NE217346	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO NÃO	SIM SIM SIM		
MICRO ÔNIBUS Placas: QWE-1G58	1	2020/2020	9532M62PXL032539	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
CAMINHÃO VW 11.180 Placas: QWE-9D89	1	2020/2021	9535V6TBXMR131649	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
CAMINHÃO VW 9.170 Placas: RUY-7E85	1	2022/2022	9535H5TB5PR009724	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
CAMINHÃO ATEGO 1419 MER. BENZ Placas: RSD-8A82 RSD-8A91	2	2022/2022	9BM958134NB259051 9BM958134NB259189	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO	SIM SIM		

RANGER FORD Placas: RSA-5E38 RSA-5D88 RSC-9E50 RSA- 5D98	4	2021/2022	8AFAR23L5NJ246001 8AFAR23L2NJ243525 8AFAR23L4NJ258253 8AFAR23LXNJ246012	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO NÃO NÃO	SIM SIM SIM NÃO		
RANGER FORD Placas: FZU-2H14 FPW-4B81	2	2022/2022	8AFAR23S9PJ276953 8AFAR23S5PJ287321	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO	SIM NÃO		
VAN 416 MER. BENZ Placas: SCS-0H63 SCH-6C85	2	2022/2022	8AC907857NE216354 8AC907857NE219290	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		SIM NÃO	SIM SIM		
VAN JUSTIÇA MÓVEL MER. BENZ Placas: RSE-8F04 RSE-8F24 RSE-8F34	3	2022/2022	8AC907645NE211026 8AC907645NE210575 8AC907645NE209588	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO NÃO	SIM SIM SIM		
MASTERAMB RONTAN AMBULANCIA	1	2009/2010		Compreensivo	Valor de mercado	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	3				

Placa: MWY-5751			93YADCUH6AJ310610		100% (cem por cento)				NÃO	SIM		
TOYOTA - SW4 SRX 4X4 - 7 LUGARES Placa: RSB-5C72 RSB-5C63	2	2021/2021	8AJBA3FS5M0293687 8AJBA3FS5M0292829	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	0	NÃO NÃO	SIM NÃO		
TOYOTA HILUX CDSRVA4FD Placa: QWD-0C63 QWD-0C57 QWD-0C56 QWD-0C65	4	2020/2020	8AJHA3CDXL2098929 8AJHA3CDXL2098510 8AJHA3CDXL2098415 8AJHA3CDXL2098539	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	2	NÃO SIM NÃO NÃO	NÃO NÃO NÃO NÃO		
MMC L200 TRITON SPO GL Placa: QWD-7F07 QWD-7F06 QWD-7F02 QWD-7F05	4	2020/2020	93XLJKL1TLCL30355 93XLJKL1TLCL30356 93XLJKL1TLCL30357 93XLJKL1TLCL30358	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024	2	NÃO NÃO NÃO SIM	SIM SIM SIM SIM		

RANGER FORD (NOVA)	7	2023/2023	8AFAR23S0PJ306177	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
			8AFAR23S3PJ314354						NÃO	SIM		
			8AFAR23S6PJ331780						NÃO	SIM		
			8AFAR23S7PJ331786						NÃO	SIM		
			8AFAR23SXPJ334245						NÃO	NÃO		
			8AFAR23S7PJ334249						NÃO	NÃO		
			8AFAR23S9PJ334253						NÃO	NÃO		
PAJERO SPORT HPE (NOVA)	2	2023/2023		Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO NÃO	NÃO NÃO		
VAN FURGÃO 417 MERC. BENS	1	2023/2024	8AC907645RE232103	Compreensivo	Valor de mercado 100% (cem por cento)	Reduzida	11/10/2023 a 10/10/2024		NÃO	SIM		
TOTAL	94 VEÍCULOS											
											VALOR TOTAL	R\$ 493.686,34

- 1.3.1. A informação de sinistralidade dos veículos é relativa à data inicial da vigência do contrato atual (11/10/2019) até a data da assinatura deste Termo de Referência. Alguns veículos não consta essa informação por terem sido adquiridos após o exercício de 2019.
- 1.3.1. Registra-se que solicitamos a atual seguradora informação de sinistralidade dos veículos faltantes, sendo que a mesma informou que não leva em consideração classe de bônus por se tratar de uma frota.
- 1.3.2. Os veículos PAJERO SPORT HPE foram adquiridos recentemente por este Tribunal e não possuem faturamento por se tratar de veículos novos.
- 1.3.3. Este Tribunal possui serviço de monitoramento, rastreamento e telemetria on-line, instalado em 57 (cinquenta e sete) veículos oficiais por meio do Contrato nº 63/2021, SEI nº 21.0.000004404-8 ,ev. 3591793, e Contrato nº 032/2022, SEI nº 22.0.000004088-0, ev. 4165257, encerrando suas vigências em 15/03/2024 e 20/02/2025 respectivamente.

1.3.4. A maioria dos veículos pernoitam em garagem própria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com disponibilidade de serviços de vigilância e monitoramento, salvo quando estão em deslocamento ou a disposição de autoridades em missão específica.

1.3.5. O licitante deverá encaminhar anexo a sua proposta os valores individuais da apólice dos veículos conforme informado no quadro do item 1.3.

1.4. Descrição das coberturas mínimas:

1.4.1. O seguro deverá cobrir a frota de veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins dos prejuízos decorrente de danos causados por colisão; abalroamento; capotagem; tentativa de furto ou roubo, incêndio, queda de precipícios, pontes; queda acidental sobre o veículo, atropelamento de animais, qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; danos em decorrência de objetos arremessados, terremoto; submersão total ou parcial, alagamento, danos substituição de faróis, lanternas, dispositivos de indicação de direção, para-brisas, vidros traseiros, vidros das portas e laterais, troca de pneus, prestação de serviços de reboque sem limite de quilometragem, socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos.

1.5. Itens:

1.5.1. Cobertura Total e/ou abrangente;

I - Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;

II - Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;

III - Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou danos causados em decorrência de sua tentativa;

IV - Roubo ou furto total do veículo segurado;

V - Roubo ou furto ou dano a aparelho de som/multimídia;

VI - Incêndio, queda de raio ou explosão acidental do veículo segurado;

VII - Danos em decorrência de arremesso de objetos;

VIII - Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

IX - Atos involuntários praticados por terceiros;

X - Inundações, alagamentos, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

XI - Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

XII - Danos causados aos pneus, em caso de acidente;

XIII - Danos em faróis, xenon, led, faróis de neblinas, faróis auxiliares, farol com vigia, retrovisores, interno/externo, lanternas, setas independente da posição, para-choques dianteiro/traseiro.

XIV - Danos em vidros dianteiros, traseiros e laterais.

1.5.1.1. O segurado participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da franquia especificado na apólice, exceto nos casos de indenização integral, incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado.

1.5.1.2. Para efeito de cálculo da Cobertura Abrangente o valor do Veículo (casco) será igual a 100% do valor do veículo, conforme tabela FIPE vigente.

1.5.2. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF:

1.5.2.1. Essa cobertura visa os danos causados a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

1.5.2.2. Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- Danos Materiais – R\$ 200.000,00

- Danos Corporais – R\$ 200.000,00

1.5.3. Acidente Pessoal por Passageiro - APP:

1.5.3.1. A cobertura de acidentes pessoais a passageiros tem como finalidade a indenização por danos decorrentes de acidentes pessoais ocorridos aos passageiros, envolvendo acidente com morte ou invalidez permanente por passageiro. Assegura no caso de morte ou invalidez permanente decorrentes de sinistro com os veículos segurados, o recebimento pelo passageiro/beneficiário, o recebimento do seguro de acordo com a importância segurada.

1.5.3.2. Valores das coberturas para todos os veículos:

- Morte por pessoa: R\$ 20.000,00

- Invalidez permanente por pessoa: R\$ 20.000,00

1.5.4. Vidros/Faróis, dispositivos de alertas, Lanternas/Retrovisores, independente da posição:

1.5.4.1. Corresponde à indenização sobre o reparo ou troca dos vidros (pára-brisa, laterais e traseiros), faróis, dispositivos de alertas, pisca-pisca qualquer posição, lanternas, lanternas led, pequenas avarias em para-choques, retrovisores dos veículos segurados em caso de sinistro com estes itens.

1.5.4.2. Nessa prestação de serviço especificado no item 1.5.4.1. será cobrada franquia no máximo 15 % do valor do produto.

1.5.5. Assistência 24 horas:

1.5.5.1. Corresponde ao deslocamento de uma assistência da CONTRATADA para atendimento a um chamado da CONTRATANTE, 24 horas por dia, em todo o território brasileiro, sem limite de quilometragem, com os seguintes serviços:

I- Serviço de chaveiro com abertura de portas e bagageiros em caso de danos ou perdas;

II- Serviços de taxi hospedagem em hotel, remoção para atendimento para hospital, traslado de vítimas em caso de acidentes, ambos sem limite de quilometragem,

III- Os serviços descritos no item acima, deverá ocorrer com destino de acordo com a indicação pela contratante.

IV- Guincho/prancha (com quilometragem sem limite);

V- Assistência em caso de acidente de qualquer natureza;

VI- Pane mecânica, elétrica ou seca;

VII- Trocas de pneus furados;

VIII- Serviço de guincho/reboque para as localidades definidas pelo TJTO;

1.5.5.2. O prazo máximo para atendimento do sinistro após o chamado pela Contratante é de até 2 (duas) horas em localidades urbanas, e em rodovias 20 minutos para cada quilômetros de distância da cidade mais próxima.

1.5.5.3. O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias, inclusive ressarcimento integral.

2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- I) Base de cálculo:
- II) Valor de mercado do veículo, conforme a Tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;
- III) RCF-V: Danos Materiais – R\$ 200.000,00;
- IV) RCF - V Danos Corporais – 200.000,00;
- V) APP – R\$ 20.000,00 por passageiro;
- VI) Blindagem – R\$ 90.000,00

2.1 Franquias

- 2.1.1. A franquia será do tipo reduzida.
- 2.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, podendo ser ofertada de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- 2.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas ou qualquer outro item em que haverá despesas com franquia deverá ser discriminada os valores independente, de acordo com a categoria do veículo, não podendo superar 10% do valor para lanternas, faróis, e outros itens ou acessórios.
- 2.1.4. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Instituição à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.
- 2.1.5. No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.
- 2.1.6. A empresa prestadora dos serviços deverá está regular junto aos órgão tributários, com certidões atualizadas/regulares, sendo obrigação da contratada observar a regularidade fiscal antes de indicar para realizar os devidos serviços.
- 2.1.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão ou qualquer outro evento que constate a perda total do veículo.

3. TIPO DE APÓLICE SEGURADA

- 3.1. Apólice poderá ser coletiva ou na modalidade frota, permitindo-se a identificação e discriminação individual de cada bem segurado, bem como, item próprio para cada um dos mesmos, valor de franquia, bônus, etc.

4. DISPOSIÇÃO DOS VEÍCULOS

4.1. A contratação do seguro incidirá sobre veículos de fabricação nacional e/ou estrangeira, aplicando-se como Prêmio Referencial – PR, que servirá de base para cálculo do prêmio a pagar, bem como, o valor de franquia, previsto em tabela da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Brasil.

4.2. O limite de indenização corresponderá ao valor estipulado em apólice para cada veículo segurado.

4.3. Endosso de inclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo:

I) Reboque sem limite de quilometragem;

II) Transporte alternativo;

III) Serviço de Táxi;

IV) Troca de pneu furado;

V) Serviço de chaveiro em caso de perdas ou danos;

VI) Serviços de chaveiro abrange abertura de portas e bagageiros

VII) Hospedagem em hotel;

VIII) Remoção para hospital;

IX) Traslado de corpo.

4.4. Cobertura de vidros, dianteiros, traseiros, laterais, lanternas, faróis, recuperação com pintura de para-choques e demais dispositivos indicativos de direção e luminosidade independente da posição, com cobertura em todo o território nacional, seja em substituição ou reparos.

5. DAS GARANTIAS A SEREM CONTRATADAS

5.1. Franquia

5.1.1. Casco do veículo – reduzida;

5.1.2. Vidros.

5.1.3. faróis, lanternas, recuperação e pinturas de para - choques e demais dispositivos de indicação de direção e luminosidade.

5.1.4. Em havendo sinistro em veículo, na renovação do seguro, o percentual de bônus aplicável, será aquele aplicado no ano anterior ao da reclamação.

6. NOMENCLATURA DO TIPO DE SEGURO A SER CONTRATADO

6.1. Renovação de Seguro – quando se tratar de veículos já previstos neste Termo de Referência.

6.2. Novo Seguro – quando se tratar de inclusão de veículo, mantendo-se a permanência dos seguros existentes neste Termo de Referência.

6.3. Transferência de Seguro (endosso) – quando se tratar de substituição de veículo anteriormente objeto de cobertura.

7. FORMA DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação da prestação de serviço ocorrerá por meio de licitação na modalidade pregão, por se tratar de um serviço comum, regida nos moldes do art. 6º inciso XLI, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.2. Não será adotado o sistema de Registro de Preços posto que a contratação da prestação de serviço será de forma integral e não parcelada.

7.2. O critério de julgamento da contratação será “menor preço” e a adjudicação será global.

7.3. A presente contratação será global tendo em vista a formalização de um único contrato que visa facilitar a administração a gestão do mesmo, além de visar a economicidade por ser um pagamento único de apólice coletiva.

7.4. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

7.5. Não se aplica participação de consórcio de empresas devido a prestação de serviço ser de forma integral e única, possuindo uma entrega global.

8. REQUISITOS DO FORNECEDOR

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é facultado ao licitante realizar vistoria dos veículos, no local onde reside/pernoita a maioria dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas, mediante agendamento prévio com o chefe do departamento (SETRAN), através do Tel 063- 3218-4395.

8.2. O endereço do local de instalação para fins de vistoria: Anexo II - Quadra 412 sul, Av. NS 10 APM-03 B.

8.3. A vistoria poderá ocorrer em até 48 horas antes do início do certame licitatório.

8.4. Os agendamentos e vistorias deverão ser realizados com servidor lotado no Seção de Transportes, no numero (63) 3218-4395, emitindo posterior relatório de aprovação, devendo ser juntado no ato de apresentação da proposta, conforme modelo constante no anexo "B" deste termo.

8.5. Para que ocorra a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.6. A empresa poderá em substituição a vistoria, emitir declaração de conhecimento das informações/aceitação referente aos veículos a serem segurados.

8.7. A não observação quanto ao cumprimento das especificações do item 8.1. referente a faculdade em vistoriar, não desobriga a licitante de cumprimento das cláusulas estabelecidas neste termo de referencia e documentos anexo, segue modelo constante anexo "B".

8.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.9. A contratada deverá comprovar a qualificação técnica por meio de:

8.9.1 Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores, em plena vigência.

8.10. Não será exigida qualificação econômica, considerando que compete à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atestar a regularidade das empresas para operar neste mercado específico.

9. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

9.1. O contrato a ser firmado terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir das 00h, do dia **11/10/2023**, podendo ser prorrogado, em caso de interesse das partes, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. É perceptível que a contratação almejada, trata-se de serviço contínuo e necessário buscando a preservação do patrimônio público e a economicidade com despesas de manutenção e eventual ressarcimento de bens em caso de sinistros com perda total, o certame visa resguardar o bem público móvel.

9.3. A contratação pelo período superior a 12 (doze) meses, encontra-se fundamentada no inciso IV do art. 7º do Anexo III, da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023, conforme os seguintes motivos, buscando assim o princípio da economicidade:

9.3.1. no mercado de seguros, o pagamento é realizado de acordo com o quantitativo de veículos da frota e o período de vigência da apólice de seguro;

9.3.2. existência de vantajosidade para a contratação com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, prazo este utilizado por Tribunal nas contratações anteriores;

9.3.3. a previsão de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, superior a 12 (doze) meses pode ser considerada atrativa para as seguradoras do ramo, que sempre ofertaram a este Tribunal valores abaixo daqueles de mercado;

9.4. A prorrogação da vigência contratual em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços, à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da contratação, bem como precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

9.5. Além das disposições contidas no subitem anterior, o Contratante e a Contratada observarão os bônus das apólices dos veículos e os valores de mercado dos respectivos veículos.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada a cargo do Chefe do Serviço de Transporte, Jhonne Araújo de Miranda, matrícula 204861, e seu substituto Acácio Lopes Lima, matrícula 185243, especificados em portaria designando gestores e suas atribuições.

10.2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade na prestação dos serviços.

10.3. O atesto do recibo será realizado pelo (a) gestor (a) ou gestor (a) substituto, desde que o serviço esteja em conformidade com as exigências e que não haja impeditivo imputáveis à Contratada.

10.4. Ao (à) gestor (a) caberá comunicar imediatamente à Contratada qualquer defeito apresentado na execução do serviço.

10.5. O (a) gestor (a) deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

10.6. Cabe ao (à) gestor/substituto/fiscal (a) zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.7. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas à Contratada todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

10.8. A comunicação entre o gestor e a Contratada será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo ou em processo relacionado destinado a fiscalização.

10.9. Quando houver necessidade de emitir notificações para à Contratada, o (a) gestor (a) deverá dar conhecimento ao Diretor Administrativo para que este adote as devidas providências -se necessário, nos moldes do art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJ-TO estão disciplinadas pela Instrução Normativa 04/2023.

11. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

11.1. O prazo de entrega da apólice será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2023.

11.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.3. A (s) apólice (s) deverão ser entregue (s) no seguinte endereço: Edifício Amaro Empresarial, 103 Norte NO-11 LOTE 02, CEP: 77001-036, TEL: 063-3218-4395, e encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: setran@tjto.jus.br

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou avarias havidas pela execução dos serviços;
- 12.2. Responsabilizar-se por todos os atos de direção/fiscalização/execução, em cumprimento ao estabelecidos nas cláusulas contratuais.
- 12.3. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.
- 12.4. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais direta e indiretamente aplicáveis ao contrato;
- 12.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 12.6. Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor global através de ordem bancária, mediante recibo informando o Órgão, Unidade Gestora, CNPJ, e o valor contratado;
- 12.7. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações;
- 12.8. Fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o inciso III, art. 104, da Lei 14.133/2021;
- 12.9. A Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça, por meio da Seção de Transportes, é a unidade administrativa responsável para autorizar a realização dos serviços previstos neste Termo de Referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente à contratação;
- 13.2. Realizar a prestação dos serviços nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência bem como na proposta de preços apresentada;
- 13.3. Emitir as apólices individuais de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2023;
- 13.4. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins eventuais inconsistências na prestação dos serviços;
- 13.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 13.6. Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- 13.7. Enviar responsável no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços;
- 13.8. Executar os serviços em casos de sinistro, obrigatoriamente, em concessionária autorizada indicada pela contratante, ou credenciada pela contratada, desde que tenha a aprovação e autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;
- 13.9. Executar os serviços em eventual sinistro ou acidente no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

- 13.10. Realizar os serviços nos veículos de forma a manter as características originais, devolvendo-os em perfeitas condições físicas para uso do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 13.11. Comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins qualquer necessidade de mudanças na execução dos serviços autorizados, nos veículos objeto de sinistro, antes da realização dos serviços;
- 13.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- 13.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento;
- 13.14. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ou a Terceiros, por ação ou omissão na prestação dos serviços;
- 13.15. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato; inclusive observando a regularidade fiscal para emissão de CND junto as credenciadas.
- 13.16. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados por concessionária e oficinas autorizadas, nos termos da legislação vigente, quando do objeto da cobertura;
- 13.17. Exercer controle e acompanhamento sobre a assiduidade e a pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;
- 13.18. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, bem como no Edital da Licitação, conforme art. 65, da Lei 14.133/2021;
- 13.19. Indicar empregado que será o responsável pelos contatos entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Contratada com fácil acesso de comunicação, através de telefone, whatsapp, e-mail, entre outros.
- 13.20. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 13.21. A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.
- 13.22. O preço apresentado pela Contratada deverá incluir todos os custos relacionados com valor único a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 13.23. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, previsto no artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.
- 13.24. As oficinas ou concessionárias indicadas para realizar os serviços deverão ser conferidas pela empresa de seguros contratada sobre a situação fiscal, evitando possível pendência na emissão de CNDs, em caso de inobservância o valor da franquia será pago a contratada ficando a mesma responsável em quitar os débitos junto a oficina ou concessionária prestadora dos serviços, sendo que jamais o veículo poderá ficar retido por falta de cumprimento das obrigações fazendárias ou por emissão de notas fiscal em desacordo com a nota de empenho destinada ao pagamento da franquia, para tanto a nota fiscal deverá ser emitida somente após a emissão da nota de empenho.

14. REGIME DE EXECUÇÃO

- 14.1.A prestação do serviço iniciará as 00h do dia 11/10/2023, vez que o contrato atual se encerra dia 10/10/2023, abrangendo todas as coberturas especificadas neste termo.
- 14.2 A contratada deverá indicar um preposto/empregado que será responsável pela comunicação/inter-relacionamento do contrato com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a fim de facilitar a agilidade e eficiência do atendimento e alcance dos resultados.
- 14.3. Para que seja alcançado o melhor resultado no serviço em epígrafe, a contratada deverá realizar os atendimentos conforme especificações abaixo:
- 14.3.1.Tempo de resposta: em localidades urbanas será de no máximo 2 (duas) horas, e em rodovias no máximo 20 (vinte) minutos para cada quilometro da cidade mais próxima. Caso esse prazo não seja cumprido a contratante será notificada pelo fiscal do contrato; sendo inicialmente advertida, em caso de reincidência será penalizada nos termos do item 15.1.1., do termo em epígrafe.

- 14.3.2. Prazo de indenização: não poderá ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso não haja cumprimento receberá uma advertência, conforme item 15.1.1., assegurando a ampla defesa e contraditório.
- 14.3.3. Eficiência nos atendimentos referente as assistências através de comunicações ou correspondências e finalização em tempo hábil previsto neste termo de referencia, levando em consideração a conclusão dos reparos e atendimentos diversos relacionado ao contrato;
- 14.3.4. Cumprimento das obrigações contratuais por parte da seguradora, incluindo o fornecimento adequado das coberturas pactuadas, respeito as condições estabelecidas e a conformidade com as normas legais vigentes e regulatórias aplicáveis.
- 14.4. O Tribunal de Justiça emitirá “**Termo de Recebimento Definitivo**”, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento das apólices de seguro individuais de cada veículo.
- 14.5. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 14.6. Os serviços prestados em desacordo com as cláusulas contratuais deverão ser corrigidos/refeitos no prazo, máximo de 10 (dez) dias úteis, mediante termo de recebimento emitido pela contratante.
- 14.7. Para pagamento da (s) apólice (s) emitida (s), conforme a proposta, será encaminhado recibo ou documento similar, com a especificação do valor a ser pago.
- 14.8. A contratação sugerida está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) exercício de 2023, processo SEI nº 22.0.000012099-9, evento 4853048, no itens 4.9.5.

15. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência e no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar; e
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

15.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - der causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 15.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 15.1.1, 15.1.2 ou 15.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

15.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

15.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

15.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas no contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

15.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 17.2, deste Termo, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 15.1.4.

15.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 15.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

15.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 15.1.5 e 15.1.9, a critério do CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

15.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão segurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

15.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

15.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 15.1.11;

15.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

15.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

15.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste Termo de Referência e no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

16. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

16.1. Não se aplica tendo em vista que o pagamento da apólice será realizado em parcela única.

17. FORMA DE PAGAMENTO

17.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar recibo correspondente ao serviço efetivamente realizado.

17.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o recibo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas no item 15 deste Termo de Referência.

17.3. O CNPJ constante do recibo deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

17.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente realizado.

17.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços realizados com o discriminado no respectivo recibo e o atesto do gestor do contrato.

17.6. O atesto do gestor do contrato no recibo é condição indispensável para o pagamento:

17.6.1. Na ausência do (a) gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

17.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar o recibo fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo e no contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

17.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste Termo e no contrato:

17.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

17.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este Termo de Referência, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

17.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

17.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

17.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

17.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

17.14. Havendo erro na apresentação do recibo ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

17.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 17.10 e a data do efetivo pagamento do recibo/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

17.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

17.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

18. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

18.1. Os preços dos serviços do objeto deste Termo de Referência serão pagos em uma única parcela, sendo que a prestação do serviço será de forma integral.

18.2. Eventuais alterações contratuais serão tratados nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em harmonia com a Instrução Normativa nº 04/2023-TJTO, e demais normas correlatas.

19. GARANTIA CONTRATUAL

19.1 Não se aplica garantia contratual para o objeto deste Termo de Referência.

20. QUANTIDADE DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

20.1. A contratação visa assegurar integralmente 94 (noventa e quatro) veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins conforme demonstrado no quadro do item 1.3.

21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. A presente contratação está alinhada ao plano de logística sustentável (PLS) e às Resoluções nº 400/401-2021; 201/2015; 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Recomendação 130/2022, em observância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, categorizados em: Recursos Administrativos, Responsabilidade Social, Aquisição e Contratação Sustentável, com esteio ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133,de 2021.

21.2. Primando pela preservação do meio ambiente, solicitamos que as apólices do seguro sejam encaminhadas pela Contratada no formato digital, via e-mail, para o endereço eletrônico setran@tjto.jus.br, a fim de evitar a impressão em papel. Dessa forma, contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

22. OBSERVAÇÕES GERAIS:

22.1 São partes integrantes deste Termo de Referência os anexos, "A" e "B".

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

(SERVIÇOS)

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este (a) GESTOR (A) DO CONTRATO, nomeado (a) pela Portaria nº ____ de ____ / ____ / _____, declara para os devidos fins, que recebe definitivamente, o (s) serviço (s) prestado (s) e atesta, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO DEFINITIVO, do objeto previsto no Contrato nº ____/_____, do Processo nº _____.

Palmas, ____ de _____ de _____.

_____.

Gestor (a) do contrato

_____.

Representante

ANEXO B

MINUTA DO TERMO DE VISTORIA VEICULAR/ DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES QUANTOS AOS VEÍCULOS OFICIAIS A SEREM SEGURADOS.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Declaro, para fins de cumprimento ao que dispõe o item 8.1/8.2 do Termo de Referência, quanto a () vistoria; () declaração/aceitação de conhecimento das informações referente aos veículos a serem segurados, que o Sr. _____, representante legal da empresa _____ CNPJ:-----, vistoriou ou declara como aceito todos os veículos citados no item 1.3 do presente TR, juntamente com o Chefe de Serviço de Transporte, e que tomou ciência de todas as informações e condições necessárias à correta cotação dos respectivos itens.

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas _____ de _____ de 2023.

_____.

Gestor (a) do contrato

_____.

Representante

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº ____/202__
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202__
PROCESSO _____

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 94 (noventa e quatro) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional, conforme características, coberturas e obrigações constantes neste Termo, sendo a vigência da contratação objeto da presente licitação será de 24 (vinte e quatro) meses, tendo início às 00 (zero) horas do dia **11/10/2023** para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo ____ e ____, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico - SRP nº ____/202_, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____, de 202_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A contratação do objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoadado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.

2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE estão disciplinados no item 14 do Termo de Referência.

3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme discriminado em sua proposta e neste contrato.

4.2. A prestação do serviço iniciará as 00h do dia 11/10/2023.

4.2.1. O prazo de entrega da apólice será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2023..

4.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o recibo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

5.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

5.2. Efetivada a execução, o objeto deste contrato será recebido:

5.2.1. Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após o decurso do prazo de 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento das apólices de seguro individuais de cada veículo.

5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:

5.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

5.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA:

Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

7.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.0 A presente contratação está alinhada ao plano de logística sustentável (PLS) e às Resoluções nº 400/401-2021; 201/2015; 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Recomendação 130/2022, em observância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, categorizados em: Recursos Administrativos, Responsabilidade Social, Aquisição e Contratação Sustentável, com esteio ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133, de 2021.

8.1 Primando pela preservação do meio ambiente, solicitamos que as apólices do seguro sejam encaminhadas pela Contratada no formato digital, via e-mail, para o endereço eletrônico setran@tjto.jus.br, a fim de evitar a impressão em papel. Dessa forma, contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

9.1. O valor _____ deste contrato é de **R\$** _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

- **Unidade Gestora** : 060100 - FUNJURIS

- **Classificação Orçamentária - PI:** 0601.0.122.1145.4278

- **Natureza de Despesa** : 33.90.39

- **Fonte de Recursos:** 2760

10.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

10.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:**

10.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar recibo correspondente aos serviços efetivamente prestados.

11.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o recibo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Oitava deste contrato.

11.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

11.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.

11.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado no respectivo recibo e o atesto será dado pelo gestor substituto.

11.6. O atesto do gestor do contrato no recibo fiscal é condição indispensável para o pagamento:

11.6.1. Na ausência do (a) gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

11.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar o recibo fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

11.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

11.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

11.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

11.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

11.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

11.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

11.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 11.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

12.Os preços dos serviços do objeto deste Termo de Referência serão pagos em uma única parcela, sendo que a prestação do serviço será de forma integral.

12.1. Eventuais alterações contratuais serão tratados nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em harmonia com a Instrução Normativa nº 04/2023-TJTO, e demais normas correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

13.1.1. Para os fins previstos no item 13.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

13.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

13.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

14.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

14.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 14.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;
- 16.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 16.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 16.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 16.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- 16.1.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 16.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- 16.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.1.9. Realizar a prestação dos serviços nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência bem como na proposta de preços apresentada;
- 16.1.10. Emitir as apólices individuais de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2023;
- 16.1.11. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins eventuais inconsistências na prestação dos serviços;
- 16.1.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 16.1.13. Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- 16.1.14. Enviar responsável no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços;
- 16.1.15. Executar os serviços em casos de sinistro, obrigatoriamente, em concessionária autorizada indicada pela contratante, ou credenciada pela contratada, desde que tenha a aprovação e autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;
- 16.1.16. Executar os serviços em eventual sinistro ou acidente no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 16.1.17. Realizar os serviços nos veículos de forma a manter as características originais, devolvendo-os em perfeitas condições físicas para uso do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 16.1.18. Comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins qualquer necessidade de mudanças na execução dos serviços autorizados, nos veículos objeto de sinistro, antes da realização dos serviços;
- 16.1.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- 16.1.20. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ou a Terceiros, por ação ou omissão na prestação dos serviços;
- 16.1.21. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato; inclusive observando a regularidade fiscal para emissão de CND junto as credenciadas.
- 16.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados por concessionária e oficinas autorizadas, nos termos da legislação vigente, quando do objeto da cobertura;

16.1.23. Exercer controle e acompanhamento sobre a assiduidade e a pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;

16.1.24. Indicar empregado que será o responsável pelos contatos entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Contratada com fácil acesso de comunicação, através de telefone, whatsapp, e-mail, entre outros.

16.1.25. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

16.1.26. A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

16.1.27. O preço apresentado pela Contratada deverá incluir todos os custos relacionados com valor único a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.1.28. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, previsto no artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.

16.1.29. As oficinas ou concessionárias indicadas para realizar os serviços deverão ser conferidas pela empresa de seguros contratada sobre a situação fiscal, evitando possível pendência na emissão de CNDs, em caso de inobservância o valor da franquia será pago a contratada ficando a mesma responsável em quitar os débitos junto a oficina ou concessionária prestadora dos serviços, sendo que jamais o veículo poderá ficar retido por falta de cumprimento das obrigações fazendárias ou por emissão de notas fiscal em desacordo com a nota de empenho destinada ao pagamento da franquia, para tanto a nota fiscal deverá ser emitida somente após a emissão da nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

17.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

17.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

17.1.2. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou avarias havidas pela execução dos serviços;

17.1.3. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.

17.1.4. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.1.5. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

17.1.6. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

17.1.7. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

17.1.8. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

17.1.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

17.1.10. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.1.11. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

17.1.12. A Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça, por meio da Seção de Transportes, é a unidade administrativa responsável para autorizar a realização dos serviços previstos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

18.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 18.1.1. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 18.1.1, 18.1.2 ou 18.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

18.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

18.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

18.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

18.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 11.2, da Cláusula Décima Primeira deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade;

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 18.1.4.

18.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 18.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

18.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 18.1.5 e 18.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

18.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

18.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

18.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 18.1.11;

18.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

18.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

18.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

19.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

19.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO:

20.1. O presente contrato fica vinculado aos autos 23.0.000017964-7 e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

21.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

21.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

22.1. Este contrato terá início às 00 (zero) horas do dia 11/10/2023, sendo a vigência da contratação de 24 (vinte e quatro) meses.

22.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES:

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

23.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

23.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

23.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

23.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

24.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

24.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

25.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

25.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

25.3. A comunicação entre o gestor e a Contratada será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo ou em processo relacionado destinado a fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

26.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

26.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

26.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

26.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

26.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 26.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

26.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

26.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

26.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

26.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

26.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

26.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

26.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO CONSENTIMENTO:

27.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 26.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

28.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

28.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO:

29.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esgotados os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Pauline Sabará Souza, Técnica Judiciária**, em 07/08/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **5255344** e o código CRC **25D92B23**.